



Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

Portaria nº 2586 de 31 de agosto de 2020

Institui a Escola Estadual de Serviços Penais – ESEP/RO no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça do Estado de Rondônia.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 71 da Constituição Estadual e Art. 52 da Lei Complementar 68/92, que dispõe sobre Regime Jurídico dos servidores Públicos do Estado de Rondônia.

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria de Justiça – SEJUS, qualificada como órgão responsável pela orientação, coordenação e supervisão do Sistema Penal no âmbito do Estado de Rondônia, apoiando, fiscalizando e inspecionando periodicamente as unidades prisionais;

CONSIDERANDO o dever do Estado na garantia de assistência aos custodiados, colocando profissionais devidamente qualificados no âmbito do Sistema Penal;

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar o processo de formação dos profissionais atuantes na esfera penal, elaborando estratégias voltadas ao aperfeiçoamento do sistema penal estadual, com enfoque em educação permanente e pesquisas científicas dedicadas à produção e ao desenvolvimento doutrinário;

CONSIDERANDO a Lei Complementar 412 de 28 de dezembro de 2007 que concede autonomia à Secretaria de Justiça na elaboração e implantação de política de formação, qualificação e capacitação dos servidores do Sistema Penal;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Escola Estadual de Serviços Penais – ESEP/RO no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça do Estado de Rondônia, diretamente subordinada ao Secretário de Estado, disciplinando seus objetivos, atribuições, composição eixos educacionais e lhe dando outras providências.

TÍTULO I

DA ESCOLA ESTADUAL DE SERVIÇOS PENAIS

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da ESEP/RO:

I - Promover formação inicial e capacitação continuada dos servidores do quadro de pessoal da SEJUS e de servidores envolvidos na execução penal, administrativa e operacionalmente, fomentando a difusão das atividades acadêmicas nas áreas de ensino, pesquisa, compartilhamento de conhecimentos em políticas públicas e extensão de modo a dirigir inovações e realizar transformações no sistema penal estadual;

II - Estabelecer cooperações e parcerias de caráter estratégico e técnico entre órgãos governamentais estaduais, distritais, nacionais e internacionais, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e o desenvolvimento de políticas públicas e práticas úteis ao sistema penal estadual;

Parágrafo Único: A promoção de cursos, congressos, palestras, seminários, oficinas, simpósios, pesquisas, estudos e publicações que visem o aprimoramento profissional dos serviços penais que envolvam servidores penais devem ser fomentadas direta ou indiretamente pela ESEP/RO.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições da ESEP/RO:

I - Desenvolver e apoiar, em nível estadual, os cursos de capacitação inicial e continuada, voltados aos servidores que atuam no sistema prisional, contribuindo para a melhoria de resultados e desempenhos das diversas funções nele abrangidos;

II - Promover, em cooperação com os demais setores da SEJUS, os cursos de formação inicial e continuada dos servidores do Sistema Penal Estadual, diretamente ou mediante convênio;

III - Promover estudos e gerar subsídios sobre gerenciamento estratégico, tático e operacional, buscando a padronização de condutas, formas de tratamento de custodiados e modelos de gestão no País;

IV - Estabelecer acordos e parcerias de caráter técnico com instituições públicas, privadas e nacionais, em cooperação técnica e científica;

V - Incentivar o desenvolvimento de competências para a produção, tratamento, análise e difusão de conhecimentos sobre gestão e execução no sistema penal em Rondônia, incluindo informações obtidas empiricamente, de maneira sistemática e consistente, tornando-as aplicáveis em tomadas de decisões;

VI - Promover a produção científica, realizando pesquisas freqüentes, por acordos e parcerias, utilizando-se preferencialmente de programas de educação e pesquisa de instituições públicas nacionais;

VII - Promover a publicação de artigos e textos diversos, dados e boas práticas, de forma periódica, utilizando-se de instrumentos próprios de divulgação ou terceiros, tais como periódicos nacionais e estrangeiros;

VIII - Estimular o desenvolvimento profissional e a introdução de práticas inovadoras em matéria penal, por meio de programas de extensão universitária, de estágios supervisionados e de intercâmbio de técnicos, discentes e docentes, com entidades e organismos nacionais e estrangeiros;

IX - Coordenar e apoiar redes de pesquisas científicas dedicadas à produção de conhecimentos em justiça criminal e políticas penais.

TÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 4º A ESEP-RO é composta da seguinte forma:

- I - Diretoria da Escola;
- II - Conselho Educacional;
- III - Núcleo Pedagógico;
- IV - Núcleo Administrativo.

CAPÍTULO II

DA DIRETORIA DA ESCOLA

Art. 5º São atribuições da Diretoria da Escola:

- I - Elaborar Plano Geral de Educação Anual, submetendo-o para aprovação do Conselho Educacional e anuência do Secretário de Justiça;
- II - Assinar, por intermédio de seu representante, juntamente com o Secretário de Justiça, editais e portarias de abertura e homologação, certificados de conclusão dos cursos realizados direta e indiretamente pela ESEP/RO;
- III - Dar abertura aos editais de seleção interna e externa para docentes e discentes após anuência do Secretário de Justiça;
- IV - Analisar as demandas educacionais acolhidas pelo conselho educacional e núcleos da ESEP/RO, definindo prioridades e propondo planos de ação na perspectiva das interdisciplinaridade;
- V - Propor a celebração de convênios e outros instrumentos legais para execução das atividades da ESEP/RO;
- VI - Gerenciar as atividades desenvolvidas pelas áreas pedagógica e administrativa, programas e projetos, com vistas ao pleno funcionamento das atividades de educação e pesquisa da ESEP/RO;
- VII - Prestar contas, periodicamente, sobre as ações executadas em seu âmbito de atuação, apresentando relatórios técnicos, administrativos e financeiros ao Secretário de Justiça.

CAPÍTULO III

DO NÚCLEO PEDAGÓGICO

Art. 6º São atribuições do Núcleo Pedagógico:

- I - Zelar pelo cumprimento do regimento interno;
- II - Planejar, desenvolver e coordenar os trabalhos de execução pedagógica sob sua responsabilidade;
- III - Recepcionar os docentes e discentes, analisando e encaminhando suas demandas;
- IV - Realizar diagnósticos acerca das avaliações dos cursos;
- V - Organizar, gerir e sugerir os cursos oferecidos pela ESEP/RO;
- VI - Selecionar, coordenar, acompanhar e avaliar a prática educativa e didática dos docentes da ESEP/RO;
- VII - Elaborar projetos que visem a qualificação dos discentes e docentes;
- VIII - Elaborar relatório dos cursos, que serão entregues ao Diretor da ESEP/RO ao final de cada ação educacional.

CAPÍTULO IV

DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Art. 7º Ao Núcleo Administrativo Educacional compete:

- I - Zelar pelo cumprimento do regimento interno;
- II - Promover assessoramento ao Diretor da ESEP no que for necessário;
- III - Elaborar editais, portarias de abertura e homologação de cursos e termos de cooperação;
- IV - Administrar, organizar e arquivar documentos recebidos e expedidos pela ESEP/RO;
- V - Confeccionar e destinar certificados de cursos;
- VI - Controlar, organizar e supervisionar as rotinas de gestão de pessoas dos servidores lotados na ESEP/RO, além dos prestadores de serviço e terceirizados;
- VII - Manter atualizadas as mídias sociais da ESEP/RO;
- VIII - Organizar, controlar e solicitar reparos quando necessários, da estrutura da ESEP/RO, bem como seus bens permanentes e temporários;
- IX - Divulgação dos cursos no sistema de eventos e redes sociais oficiais da ESEP/RO.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO EDUCACIONAL

Art. 9º O Conselho Educacional da ESEP/RO tem caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, tendo como finalidade a aplicação dos objetivos estabelecidos pela ESEP/RO.

Art. 10º O Conselho Educacional da ESEP/RO é composto pelos seguintes membros:

I - Secretário de Justiça que será responsável pela presidência e convocação, com direito ao voto;

II - Do Diretor da ESEP, que será responsável por suscitar as demandas pertinentes à provação do conselho, sem direito ao voto;

III - Diretor Executivo, com direito ao voto;

IV - Corregedor Geral de Justiça, com direito ao voto;

V - Coordenador Geral do Sistema Penal, com direito ao voto;

VI - Chefe da Assessoria Técnica, com direito ao voto;

VII - Ouvidor Geral do Sistema Penal, com direito ao voto;

Art. 11 - Ao Conselho Educacional compete:

I - Aprovar o Regimento Interno da ESEP/RO, zelando pelo seu cumprimento;

II - Deliberar o Plano Geral de Educação Anual a ser elaborado pela Diretoria da Escola, promovendo avaliação periódica das metas e cursos estipulados;

III - Aprovar o uso do orçamento da ESEP/RO visando necessidade de aquisição de bens e serviços, bem como o uso no decorrer Plano Geral de Educação Anual;

IV - Decidir sobre recursos impetrados por alunos nas imposições de penalidades relacionadas, a média e frequência, bem como o desligamento dos alunos de curso de Formação;

V - Criar condições para que a ESEP/RO cumpra seus objetivos, estabelecendo os meios necessários para atingi-los;

Art. 12 - Nas votações do Conselho Educacional a decisão será obtida pela maioria dos votos.

Art. 13 - A presidência natural e permanente do Conselho Educacional da ESEP/RO será exercida pelo Secretário de Estado de Justiça.

§ 1º - Nas votações do referido conselho, quando houver empate nas votações recursais, o voto de desempate será exercido pelo Presidente do Conselho Educacional, Senhor Secretário de Justiça.

§ 2º - Aos membros do Conselho Educacional não será devida nenhuma remuneração, com exceção do pagamento de diárias quando houver necessidade excepcional de viagens deliberativas.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 - As designações de membros do Conselho Educacional, bem como dos servidores que comporão a Diretoria e Núcleos para o cumprimento dos encargos previstos nesta norma, além das suas eventuais modificações, ocorrerão por meio de Portarias específicas emitidas pela Secretaria de Estado de Justiça.

Art. 15 - As Gerências Regionais da capital e interior de Rondônia, havendo disponibilidade, prestarão apoio à ESEP/RO, nas necessidades logísticas relacionadas as ações educacionais pertinentes às unidades penais sob sua responsabilidade.

Art. 16 - O orçamento da ESEP será determinado anualmente pela Secretaria de Justiça conforme necessidades da escola, e será prioritariamente utilizado na promoção da capacitação dos servidores da SEJUS, bem como outros servidores envolvidos na execução penal.

I - Cabe ao diretor (a) da ESEP apresentar o Plano Geral de Educação Anual e adequar os valores orçamentários existentes às necessidades dos cursos.

Art. 17 - Eventuais omissões desta Portaria serão solucionadas pelo Diretor (a) da ESEP/RO, no que lhe couber;

Art. 18 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado de Justiça

ANA CLAUDIA DE SOUSA SERAFIM CAMPOS

Diretora da Escola de Estudos e Pesquisas Penitenciárias

HELANNE CRISTINA MAGALHÃES CARVALHO

Assessora Especial III do Sistema Penitenciário

Portaria nº. 888, de 25/03/2020 ID (0010834528)



Documento assinado eletronicamente por **HELANNE CRISTINA MAGALHAES CARVALHO, Assessor(a)**, em 31/08/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CLAUDIA DE SOUSA SERAFIM CAMPOS, Diretor(a)**, em 31/08/2020, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Secretário(a)**, em 31/08/2020, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0013264439** e o código CRC **06C78AD9**.